

A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO LATIFÚNDIO NO SERTÃO DE GRAJAÚ- MA: DISPUTAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS NO FINAL DO SÉCULO XIX

Layla Adriana Teixeira Vieira¹

A passagem do Império para a República no Brasil, no final do século XIX, não ocorreu de forma pacífica, do mesmo modo que não aconteceu no Centro-Sul do Maranhão, com a chamada Guerra do Léda². Em Grajaú tais disputas provocaram os conflitos em torno da concentração política e econômica nas mãos de muitas famílias³ (Família Léda, Família Moreira e família Barros); essas já vinham se apoderando de extensas quantidades de terras, principalmente pelas suas posições políticas.

Cada família era representada por um chefe patriarcal. A família Léda era chefiada por Leão Rodrigues de Miranda Léda, que disputava o poder político local com o coronel Araújo da Costa Barros. Tais indivíduos controlavam tanto o poder político como o poder econômico, o que acarretou em um intenso conflito político partidário entre as principais famílias da época. Em 1887, com “o falecimento de Francisco Moreira, coronel comandante superior da Guarda Nacional, foi dada a chefia do Partido Liberal a Leão Léda, moço educado em um colégio ou liceu da capital, ativo, rico e munificentíssimo” (JORNAL DO BRASIL, 1902, p. 1).

Leão Léda se tornou um dos mais influentes políticos da região, defendendo os ideais liberais e lutando por um governo próprio e independente para o sertão. Após concluir seus estudos no Liceu Maranhense, voltou para a antiga Vila da Chapada, agindo diferentemente da maioria de seus colegas, que geralmente iam continuar seus estudos na Europa ou mesmo, em Recife ou Salvador, para onde costumeiramente os filhos das elites da época eram mandados com tal finalidade.

¹Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR/UEMA) e graduada em História/Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão, Brasil. E-mail: layladriana@hotmail.com

²Este conflito político ocorreu na cidade de Grajaú, no final do século XIX e início do século XX, atingiu regiões do Centro-Sul maranhense, do Norte de Goiás e Sul do Pará. A Guerra do Léda recebeu esse nome de Parsondas de Carvalho, o qual teve a intenção de homenagear o líder principal do movimento, Leão Rodrigues de Miranda Léda, o Leão Léda.

³ Sobre a forma que tais famílias senhoriais se apropriavam do poder no Nordeste brasileiro, comenta Francisco de Oliveira: “[...] os adágios populares diziam que ‘quem não era Cavalcanti era cavalgado’ em Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, adágio que poderia ser entendido aos Maranhão, Albuquerque e uns poucos nomes familiares mais. O próprio ditado popular era uma forma pela qual as classes dominantes se reconheciam nas dominantes.” OLIVEIRA, FRANCISCO. *Elegia para uma Re(li)gião*: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 33.

Seu retorno à cidade natal acentuou os embates já existentes entre as famílias Léda/Moreira de um lado, e o coronel Araújo Costa e seus correligionários políticos de outro. O piauiense Francisco Araújo Costa⁴ foi criado em Grajaú por Militão Bandeira Barros⁵, chefe do Partido Conservador, possuidor de grande riqueza e inimigo dos Moreira. Mesmo sem instrução, Araújo Costa investiu na carreira política como sucessor de seu pai adotivo, Militão Bandeira Barros, representando muito bem o chamado coronelismo, ou seja, exercendo o poder de forma autoritária, com seus currais eleitorais, sempre exercendo uma severa oposição aos Moreira e aos Léda. Foi esse embate político que deflagrou, na cidade de Grajaú, uma das mais sangrentas lutas do sertão maranhense.

Os dois grupos políticos da região independentemente de estarem chefiados aos partidos Conservador e Liberal, enfrentavam-se cotidianamente. O primeiro, no entanto, era apoiado pelo governo estadual que sempre ajudou Araújo Costa, tanto financeiramente quanto através do envio de tropas policiais para combater e exterminar os inimigos, e os simpatizantes da família de Leão Léda. As disputas político-partidárias, os jogos de interesses e a busca por status social ocorriam de forma coercitiva e violenta.

Assim, as intrigas existentes sempre foram resolvidas à bala e, na mesma proporção do crescimento da tensão política, cresciam as ondas de desordem e desobediência na cidade e no sertão de Grajaú: “Nas ruas era preciso andar calado e evitar gestos que os soldados reputassem sediciosos” (JORNAL DO BRASIL, 1902, p. 1). As perseguições atingiram a todos os habitantes da localidade, mesmo aqueles que preferiram se manter distantes do conflito. Houve a quebra de sigilo das correspondências encaminhadas à antiga Vila da Chapada. Nem mesmo os não residentes da localidade escaparam às repressões aplicadas na região, que se intensificaram a partir de março de 1882, quando, de acordo com a documentação, Araújo Costa sofrera um atentado, vítima de uma armadilha, e um tiro lhe ferira a testa de raspão (JORNAL A PACOTILHA, 1902, p. 3).

Uma vez concluídos, os inquéritos apontavam como culpado Raimundo, também conhecido sob a alcunha de Pernambucano (embora esse indivíduo fosse provavelmente cearense) e que possivelmente trabalhava nas terras de Leão Léda. Sobre esse episódio, Dunshee de Abranches, em sua obra *A esfinge do Grajaú*, assim reproduz as palavras de Araújo Costa: “E esses sicários quase me liquidaram com um tiro na frente, esbravejou Araújo Costa; e ainda estava com a cabeça amarrada quando assumiu a Presidência da

⁴ Francisco Araújo Costa – a maioria dos documentos o chama apenas de Araújo Costa.

⁵ Militão Bandeira Barros também foi chefe da Guarda Nacional e fundador de um grupo literário em Grajaú, conhecido como “Roda de Amigos”. Esse grupo deu origem à Academia Grajauense de Letras e Artes.

Assembleia Provincial” (ABRANCHES, 1993, p. 125). Com esse episódio, os ânimos entre as partes envolvidas no conflito tornaram-se mais exaltados e Grajaú começou a viver uma de suas fases mais tensas. As disputas pelo poder começaram a ser resolvidas à mão armada, a desordem e o medo passaram a ser uma das características de Grajaú.

No período histórico de transição do Império para a República incitou ainda mais os conflitos na localidade, agravando a Guerra do Léda, que se tornou mais intensa com o advento do novo regime e com o assassinato do promotor de Justiça Estolano Eustáquio Polary, no dia 16 de agosto de 1898: “Na noite do delito achavam só na cidade de Grajaú 20 praças do batalhão de infantaria do Estado, sob as ordens do tenente coronel de polícia Fontenelle” (JORNAL O NORTE, 1898, p. 2). As lutas sangrentas que passaram a ocorrer, principalmente depois do crime, propagaram-se para outras localidades sertanejas. Os periódicos da época, em defesa dos sertanejos, concitavam o povo a lutar contra a política vigente. Assim, em consequência, tinha início – sem que nenhum dos grupos beligerantes percebesse – um dos maiores conflitos armados provocado por desentendimentos político-partidários no sertão maranhense: a Guerra do Léda.

A trama política desse conflito caracteriza para além de um mero enfrentamento entre as partes políticas que utilizavam a força para tentar subjugar uma à outra. Nesse caso, havia, tanto por parte do Estado quanto da sociedade civil, representada por Leão Léda e seus aliados, elementos comuns de pressão social que causavam verdadeiros conflitos internos nessa sociedade, que não era necessariamente uma contenda armada. O medo, as ameaças e o ambiente de pânico, propenso a práticas criminosas de todos os gêneros, fizeram com que muitos indivíduos e famílias silenciassem em relação aos fatos acontecidos.

Dessa forma, por trás do conflito e como força motivadora dele, havia também projetos dessemelhantes de República, cuja divergência causou uma crise de legitimidade do Estado. Isso levou a uma disputa sobre quais seriam os agentes responsáveis pela condução do novo projeto político que se delineava no Maranhão, ligado àqueles conduzidos no Centro-Sul do país. Tal projeto, no entanto, tinha suas especificidades locais, por estarem justamente relacionados aos grupos oligárquicos que há muitos anos dominavam o ambiente político maranhense. E, no momento em que se começou a falar sobre uma centralização política a partir da capital, essas tensões começaram a emergir, culminando no conflito descrito nesse ponto do texto.

No entanto, é interessante destacar que a Guerra do Léda não teve como causa principal apenas fatores políticos, mas também, aliado a isso, fatores econômicos tão

disputados para a concentração de riqueza. Em verdade, o pano de fundo de toda guerra eram questões fundiárias de acesso e manutenção da terra, pois a posse e o poder representavam tradicionais preceitos de soberania patriarcal local. Então, o que estava por trás dessa guerra em Grajaú? Eram famílias que tinham acesso à terra, esse acesso era sinônimo de poder. Em *Coronelismo, Enxada e Voto* (LEAL, 1949), o sociólogo Vitor Nunes Leal defende a ideia de que a emergência de alguns municípios brasileiros, na República, vai ser a representação da decadência da lavoura. Portanto, à medida que a lavoura está em crise, os latifundiários vão emergir como agentes políticos, e a Guerra do Léda é tida como uma crise de hegemonia, tendo uma questão fundiária muito clássica, o acesso à terra.

No entanto, percebemos que a chegada ao poder era uma forma de implementar e manter o processo de concentração de terras, que existiu durante o Império e só foi intensificada na Primeira República. Leão Rodrigues de Miranda Léda, era um dos mandatários políticos, coronéis, latifundiários do sertão maranhense, representava a elite sertaneja de Grajaú, disputava cargos políticos e terras. Um dos focos principais era não só o acesso à terra, mas a sua manutenção, mesmo na ausência de controle devido às grandes extensões territoriais e inexistência de técnicas para a medição dos latifúndios.

Tais latifúndios eram demonstrados por meio de fazendas para a criação de gado, atividade econômica que caracterizava a região de estudo. A terra e o gado eram tão importantes para a época, que em uma das suas passagens Parsondas de Carvalho comenta que Leão Léda, mudando-se do Maranhão para a Comarca de Boa Vista (atual Tocantins) “pensava em vender o mais difícil de conduzir, como imóveis, por sua natureza, alienar mesmo algumas fazendas de gados *vacum* e *cavalar* (...) e retirar de outras todos os gados para com estes fundar outras fazendas na Comarca de Boa Vista” (DINO, 2001, p. 171). Logo, ter terra era sinônimo de poder, moeda de troca e fonte de riqueza, portanto, era valor. A terra precisava ter um fim, que no caso, era para a criação de gado, como elemento principal de renda e de (re)produção do sistema econômico e social.

Com a terra essas famílias⁶ demarcavam suas fazendas, estabeleciam suas relações sociais e, principalmente, arquitetavam a manutenção patrimonial. Por meio do processo de herança e sucessão o poder da terra era transmitido ao (s) indivíduo (s) herdeiro (s), que

⁶ É interessante destacar que nessa sociedade patriarcal as famílias eram extensas, composta por grupos de pessoas unidas por laços sanguíneos ou não. Normalmente, a expressão *família extensa* era usada para se referir a várias gerações de famílias nucleares que moravam em uma residência compartilhada. Linda Lewin analisa com excelência a organização de cada grupo familiar na Paraíba, discute os ascendentes maternos e paternos, os indivíduos incluídos na família por meio de compadrio, as relações de adoção, dentre outros assuntos. Ver LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 117.

passaria ou passariam a controlar o patrimônio familiar. Em muitos casos, tal manutenção (continuidade do poder) era exercida por meio do matrimônio, para assim garantir a perpetuação dessa dinâmica de domínio de terras entre as famílias. Os casamentos aconteciam de acordo com os bens que os indivíduos possuíam. No intuito de perpetuar ou aumentar suas fortunas e galgar os espaços públicos administrativos, os grupos abastados buscavam o quanto antes a união conjugal de seus membros com indivíduos da mesma classe social, representando a união de interesses dentro de uma sociedade patriarcal que queria se mostrar elitizada.

Na concepção da historiadora Sandra Regina dos Santos o elemento principal da sociedade sertaneja maranhense “era a família patriarcal, integrada pelo pai, seus dependentes e agregados. Cada família conduzia-se sob suas próprias regras e normas, sendo comum naquele espaço a eclosão de conflitos entre elas” (SANTOS, 2011, p. 7). De fato, os conflitos eram bem rotineiros e envolviam a todos aqueles que estavam integrados ao grupo familiar. Desta maneira, as poderosas famílias do sertão maranhense denunciavam hierarquias e gradações reconhecidas e respeitadas, como, por exemplo, as famílias Léda, Moreira, Barros e Martins Jorge.

Essas famílias estavam inseridas em uma sociedade composta por grupos diversificados, aos quais era atribuído, conseqüentemente, status sociais também diferenciados. Cada núcleo possuía um determinado grau de valor e importância naquele meio que cercava o cotidiano e as práticas de vida social e econômica do homem sertanejo. O grau de valor, no caso das famílias destacadas, era medido pelo poder político e poder econômico, ligado à terra, determinando os arranjos estabelecidos para a manutenção do status.

As relações familiares de parentesco, protecionismo, compadrio e amizade eram, em alguns casos, jogos de interesses para essa manutenção. Nesse território de poder era interessante demarcar o seu lugar através do controle de heranças e partilhas. Na concepção de Giralda Seyferth “a estrutura da família é determinada por um conjunto de fatores ligados à herança da terra e à característica fortemente patriarcal” (SEYFERT, 1985, p. 16). Sendo assim, a característica patriarcal dessas famílias moldava a dinâmica social e a terra estava presente como cédula principal desse sistema. Desse modo, o inventário da família Léda, que será trabalhado a seguir, possibilita-nos compreender os arranjos estabelecidos, o sistema de herança, e, sobretudo, a partilha da terra, a organização da família, o seu poder aquisitivo, o tamanho das terras e o seu sistema de partilha.

Estudo do perfil fundiário: uma análise a partir do inventário de Antônio Rodrigues de Miranda Léda.

O interesse em analisar o perfil fundiário da família Léda no território de Grajaú nos levou buscar, uma exemplificação de inventário que pudesse nos fazer melhor entender as relações dessa família com a terra, pois acreditamos que uma análise histórica é fundamental para compreender os atuais arranjos socioeconômicos que caracterizam o território de estudo. Entender, não somente o viés contemporâneo, mas sobretudo histórico, ajuda-nos ampliar o olhar desse processo dinâmico de reconfiguração territorial.

Assim, para a análise do elemento que será discutido, usou-se como fonte histórica, um inventário de 1874. Esse documento é importante para o entendimento do perfil fundiário da família já citada, pois, ajuda-nos a compreender informações de ordem social, econômica e política vigente na época. Para Maria Helena Ochi “os inventários são documentos de caráter jurídico-civil e eclesiástico que trazem informações e ajudam no levantamento de todos os bens *do de cujus*, autor da herança, nos termos de um inventário” (FLEXOR, 2017, p. 11). Por meio dele verificamos o perfil do inventariado e do inventariante, bem como a partilha dos bens legítimos ou testamentais, o montante da partilha, as relações de herdeiros, a avaliação dos bens móveis e imóveis, de raiz, suas avaliações, despachos de juízes, mandados, notificações, etc.

No entanto, é preciso salientar que o interesse maior dessa abordagem será entender a dinâmica que envolvia o montante, a avaliação dos bens de raiz e a partilha entre os herdeiros, para assim compreender o perfil fundiário do município e a relação desse grupo familiar com a terra. Por meio desse documento será possível observar as relações sociais, econômicas e políticas que determinavam a dinâmica local. O modo que as relações eram estabelecidas podem ser verificadas a partir dos elementos fornecidos pela fonte. Nesse quesito, o olhar estará mais centrado na lógica da noção de família – patriarcal e ampla -, e, sobretudo, verificar a noção e o valor da terra, que normalmente era o primeiro elemento destacado dentro da avaliação familiar, seguidas da morada, da quantidade de gado vacum e cavalari, dentro outros elementos.

Entretanto, sobre a extensão das terras é importante deixar claro, como destaca Francemberg Teixeira Reis, que:

A principal limitação dos inventários para quem os utiliza para o estudo fundiário de uma dada região é que, numa visão de conjunto, eles informam de modo quase insuficiente sobre o tamanho das terras que estão sendo avaliadas. Esse problema é resultado de alguns motivos como: a ausência de documentação legal que prove o tamanho da terra; desconhecimento por parte dos próprios interessados sobre a dimensão da propriedade, ou até mesmo negligência do próprio avaliador, pelo fato de considerar a descrição feita, mesmo sem registrar o tamanho da terra, como satisfatória ao cumprimento da finalidade jurídica; não declarar o tamanho dos domínios poderia ser também uma questão cultural.

A omissão do tamanho de uma propriedade não se justificava apenas no fato dos proprietários criarem dificuldades para o Estado reconhecer terras públicas e particulares - como muitas discussões que envolvem a ineficácia da Lei de Terras de 1850 trazem como um dos inúmeros argumentos - mas, era resultado de um costume largamente difundido, reflexo do histórico da ocupação de terras nos variados recantos do Brasil, onde extensas áreas eram ocupadas sem autorização pública e a contrapelo da lei (REIS, 2014, p. 44).

Essa discussão levantada pelo autor foi bem perceptível no inventário coletado. Não foi possível encontrar uma medição das terras deixadas pelos *de cujus*, identifica-se apenas o valor delas. No entanto, mesmo obtendo este problema, notamos o poder que a terra tinha sobre as famílias sertanejas de Grajaú, pois, conforme a documentação pesquisada, era através da quantidade de terras, de gados e de escravos que o patrimônio era quantificado.

No entanto, a ausência das medidas não diminuía a importância socioeconômica, pois a terra tinha um significativo valor real e um valor simbólico diante da sociedade brasileira. A respeito da ausência da precisão exata das medidas das terras, encontrou-se em um inventário um exemplo para ilustração do caso referido. Em 1874, dona Leocádia dos Reis Moreira ao inventariar o patrimônio do seu esposo Antônio Rodrigues de Miranda Léda, descreve com detalhes os bens deixados pelo inventariado nos bens de raiz. Assim, encontra-se da seguinte forma:

Terras da Fazenda Pindahiba, com três léguas de fundo, e uma légua de largura, pouco mais ou menos havidos por herança de sua finada mãe Perpétua Maria dos Reis, aumentando da nascente com a margem do Rio Mearim, com a do Rio Grajaú, ao norte com as terras da Fazendinha Corrais e com as terras considerada patrimônio desta villa, isto é, de Dom Benedicto, e do Sul com as terras da Fazenda San José e Pedra de Paú, que pelos avaliadores foi avaliado pela quantia de 400 mil reis que a margem sai.

Uma posse de terras no lugar Vereda Bonita, com uma légua de comprimento e meia de largura [...] cujos limites são as seguintes: Da cabeceira da Vereda comprida até a estrada de Santo Antônio, da ponta da Serra, partindo ao meio até a cabeceira da Vereda Comprida, que visto pelos avaliadores foi avaliada por 150 mil reis que a margem sai.

Uma posse de terras no lugar denominado Fazenda Pedra de Pau, havida por herança de seu finado irmão João Bento Moreira, no valor de 5.000 mil reis que a margem sai.

Uma posse de terras na Fazenda Santa Luzia, havida por herança da sua falecida mãe Dona Perpétua Maria dos Reis, sem limites, que foi avaliada por 20.000 reis que sai a margem. Uma roça de mandioca com 30 braços de comprimento e vinte de largura, pouco mais ou menos, sendo mandioca nova, que avaliadas por 20.000 mil reis que a margem sai (INVENTÁRIO. ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, 1874, p. 45).

Esse caso concreto de inventário ilustrou de forma pormenorizada os aspectos descritivos de cada porção de terras deixadas pelo falecido Antônio Rodrigues de Miranda Léda. Nas porções mais extensas percebemos um interesse maior do avaliador em caracterizar o ambiente, destacando informações precisas sobre os limites naturais como rios, dando uma ideia da geografia local. Foi possível perceber que as terras localizadas próximas aos rios tinham uma importância/valor maior, talvez, por isso, o valor em 150 mil reis das terras no lugar Vereda Bonita. Somando cada valor o inventariado deixa uma quantia de terras no valor de 170.000 mil reis.

Destarte a tabela 1 trará outras informações acerca dos bens deixados pelo patriarca da família Léda, de modo a contribuir para analisar o processo de configuração territorial do município de Grajaú. Os inventários trazem inúmeros informes, todavia, para esse estudo se priorizará dados sobre a quantidade de gados e de terras e seus respectivos valores.⁷ Tais informações possibilitarão entender a forma que a manutenção do patrimônio era administrada, a continuidade da lógica da concentração de terras, a garantia e a manutenção do poder das famílias locais.

A família Léda traduz com precisa objetividade o que seria uma família política no sertão maranhense. Seus membros se envolveram na maior parte dos acontecimentos políticos da região – desde o período colonial até a república no Maranhão – e ocuparam os mais altos postos de poder na máquina pública da antiga Vila da Chapada, atual município de Grajaú. O poder econômico concentrado nas mãos de cada indivíduo possibilitava alto grau de status político e social. Assim, verificamos de forma quantitativa através do inventário:

FAMÍLIA LÉDA **Inventário (1874)**

Inventariado: Antônio Rodrigues de Miranda Léda
Inventariante: Leocádia dos Reis Moreira

Tabela 1: Inventário de Antônio Rodrigues de Miranda Léda⁸

⁷É importante deixar claro que todas as terras descritas no inventário pertenciam ao “antigo” território de Grajaú.

⁸Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (CADH). *Autos Cíveis*, Inventário, 1874, caixa 6, p. 60.

Herdeiros	Cabeças de gado vacum e cavalari / Valor	Terras/Valor
Leocádia dos Reis Moreira	200 cabeças de gado vacum na Fazenda Currais – 200.000,000 mil reis.	Terra Currais com benfeitorias – 800.000 mil reis. Uma posse de terras na Fazenda Vereda Comprida – 150.000 mil reis.
Leão Rodrigues de Miranda Léda	6 cabeças de gado – 60.000 mil reis. 55 cabeças de gado vacum – 55.000 mil reis.	Terras da Pindahiba – 200.000 mil reis Terras Veredas Comprida – 75.000 mil reis Quarta parte das Terras da Fazenda América – 160.000 mil reis.
Luiz Rodrigues de Miranda Léda	55 cabeças de gado – 55.000 mil reis.	Quarta parte de terras na Fazenda Pindahiba - 200.000 mil reis.
Antônia Moreira de Miranda Léda¹	X	Quarta parte das terras na Fazenda Santa Luzia – 20.000 mil reis.
Pérpetua Rodrigues de Miranda Léda	X	Posse de terras (ilegível) – 5.000 reis.
Quintina Rodrigues de Mirands Léda	55 cabeças de gado – 55.000 mil reis.	Posse de terras na Fazenda América – 150.000 mil reis.
Ana Rodrigues de Miranda Léda²	X	Posse de terras da Fazenda do Quartiz – 5.000 mil réis.
Mariano Rodrigues de Miranda Léda	85 cabeças de gado – 850.000 mil réis.	Terras na Fazenda América – 150.000 mil réis.

¹ Casada com Manoel Martins Jorge.

² Casada com Laurindo Pires Araújo.

		Montante da herança: 18: 811\$000
--	--	--

Através da tabela, podemos perceber que Antônio Rodrigues de Miranda Léda deixou um considerável conjunto de bens a seus herdeiros, o que proporcionou a formação de um núcleo político e econômico na região de Grajaú, antiga Vila da Chapada. Em análise a um caso específico no município de Feira de Santana, na Bahia, Francemberg Reis afirma que “indivíduos concentravam suas fortunas no meio rural, sendo terras e gado os bens de maior incidência quando analisados os espólios” (REIS, 2014, p. 51). Assim como ocorreu no referido município, a pecuária e a agricultura também movimentavam a economia em Grajaú. Os dados mostrados respondem de forma significativa que os valores de gado e de terras apresentavam pontos que contribuíam para a permanência da concentração econômica e fundiária local. A análise dos números ajuda a trazer noções sobre a configuração agrária, o mercado de gado e de terras na localidade.

O gado era criado solto, necessitava de grandes extensões territoriais para a sua criação. As terras eram compostas por pastagens, e contribuíam para a expansão ganadeira no Centro-Sul do Maranhão. O comércio de gado era auxiliado pela manutenção das extensões territoriais fundamentais para a fomentação de terras em Grajaú. Mas, por meio dos dados documentais, verificamos que a fragmentação da terra era (e, continua sendo) uma realidade latente nesse modo de manutenção de poder. A terra era fragmentada, porém continuava sobre o domínio das mesmas famílias e alianças amigáveis entre as mesmas. Neste ponto de vista, bem aponta Francemberg Teixeira Reis:

Um dos principais motivos que vieram a resultar na fragmentação das terras foram as sucessões hereditárias e os legados deixados em inventários. Com isso, os herdeiros foram tomando posse de suas partes de terra, passando a habitar nelas ou vendendo tanto para familiares como para pessoas não aparentadas, fazendo com que antigas fazendas se dividissem progressivamente entre as gerações (REIS, 2014, p. 55).

Nesse ponto de vista, verificamos que as tramas familiares ajudaram na concentração desse processo, apesar da fragmentação das terras, por meio das parcelas, tal elemento permanecia nas mãos dos grandes potentados, resultando na concentração fundiária. No caso de Grajaú, as alianças políticas e econômicas eram estabelecidas entre as famílias Léda, Moreira, Barros e Martins Jorge. Na época, final do século XIX e início do século XX, a

primeira e a segunda destacavam-se, sobretudo, no cenário político do sertão, haja vista que estavam envolvidas nos conflitos políticos partidários de Grajaú.

Observamos por meio do inventário que havia relações entre as diferentes famílias. No caso específico do clã dos Léda, graças às suas estratégias de matrimônio e compadrio estenderam seus tentáculos para muito além da povoação de Grajaú (como Barra do Corda, Riachão, Balsas, Carolina, Pastos Bons, Boa Vista - GO e outras localidades). Assim, tiveram suas representações em vasta área do sertão e resistiram às crises e aos momentos de glória vividos pela família nos mais variados momentos da história política do Brasil.

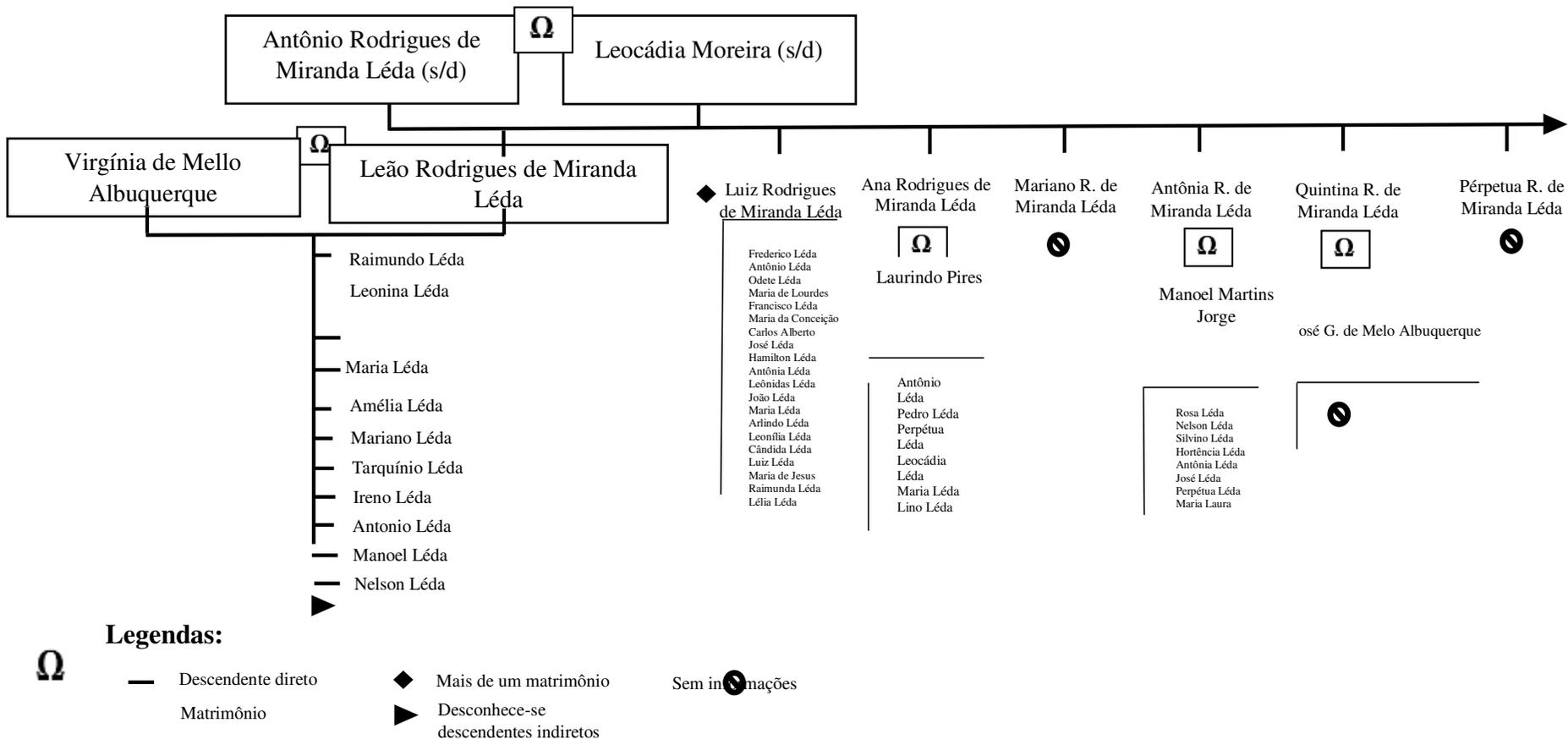
Através dos documentos verifica-se que a formação de sua numerosa prole ocorreu a partir da união matrimonial do ex comerciante português Antônio Rodrigues de Miranda Léda com Leocádia Moreira, pertencente a uma rica e influente família da comarca de Pastos Bons. Antônio Rodrigues de Miranda Léda veio de Portugal e conseguiu cidadania brasileira em 22 de junho de 1869³ (ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, 1870, p. 1).

Então, a chave parental estratégica se esboçou pela primeira vez quando Antônio Rodrigues de Miranda Léda se casou com Leocádia Moreira (ver quadro 1 – Genealogia da família Léda), gerando os filhos que formaram a primeira geração dos Léda no Maranhão: Leão Rodrigues de Miranda Léda; Luiz Léda; Ana Léda; Mariano Léda; Antônia Léda; Quintina Léda e Perpétua Léda, como é possível aferir por meio do inventário de Antônio Rodrigues de Miranda Léda e através do organograma familiar.

³ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). *Carta de naturalização do cidadão brasileiro do súdito português Antônio Rodrigues de Miranda Léda*. Sessão de Documentos Restaurados. São Luís, 1870.

Quadro 1: GENEALOGIA DA FAMÍLIA

LÉDA (S/D)¹



¹As informações genealógicas da Família Léda, pelo menos em três gerações a partir da segunda metade do século XIX, foram retiradas de documentação alocada no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (CADH/TJ), e de informações colhidas juntas aos próprios descendentes da família; esses disponibilizaram um documento, chamado *Contribuições à História da Família Léda*, escrito por Lilian Maria Léda Saldanha e Maria Celeste Palhano de Oliveira, em 2007, que contém informações sobre casamentos e filhos.

O organograma (Quadro 1) dá visibilidade as alianças estabelecidas entre as famílias tradicionais de Grajaú. Leocádia Moreira, Antônio Rodrigues de Miranda Léda e seus setes filhos, pois são exemplos de famílias que gravitaram em torno das terras, da política, do modo de vida e da tradição sertaneja. Ao morrer Antônio Léda deixou um patrimônio na quantia de 18: 811\$000 (Dezoito contos, oitocentos e onze mil réis) – tabela 1 -, o que aproximadamente seria um valor por volta de 2.214.000 milhões de reais, considerando a fonte que um conto de réis equivale a R\$ 123.000,00 (para efeito de transformação)¹.

Certamente, a família representada por Antônio Rodrigues de Miranda Léda, usou estratégias para a perpetuação da sucessão patrimonial. Em uma análise feita por Reis, “as estratégias buscavam reproduzir o status social e familiar, o capital simbólico e econômico que os indivíduos detinham [...] Quando morria o proprietário, os herdeiros também elaboravam estratégias para distribuírem e tomarem posse dos bens” (REIS, 2014, p. 56). Em alguns casos, a herança não era transmitida para as filhas, mas para *o cabeça de casal*, que representava o núcleo familiar.

Considerações finais

A respeito das elaborações realizadas, a Guerra do Léda, evento político demarcado no final do Império até os primeiros anos da chamada primeira República, não é apenas um marco fixado em si mesmo, mas representa uma conjuntura histórica que fora gestada desde a segunda metade do século XIX. Essa conjuntura, que estava assentada no trabalho de africanos escravizados e na posse de grandes latifúndios monocultores, começa a ruir no último quartel do Oitocentos e se expressou, no Maranhão, nos desequilíbrios das forças políticas republicanas, liberais e conservadoras. A Guerra do Léda foi o culminar dessas tensões que tinha relação com o acesso de grupos políticos e familiares dominantes às novas formas de expressão do poder que se ensaiavam na República instalada em 1889. Dessa maneira, a partir do processo histórico analisado compreende-se as alianças estabelecidas em Grajaú. A família Léda detinha o poder político e econômico, ocupava cargos partidários e possuía extensões de terras concentradas em suas mãos, alimentando a manutenção da acumulação e da capacidade de mando no território de Grajaú-MA.

¹DINIZ, Bruno. *Conversão hipotética do Réis para o atual real*. Disponível em: <<http://diniznumismatica.blogspot.com.br/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html> />. Acesso em: 03 de jul. 2017.

REFERÊNCIAS

Fontes

- **Jornais e Documentos:**

JORNAL A PACOTILHA, 20 de janeiro de 1902.

JORNAL DO BRASIL, 22 de janeiro de 1902.

JORNAL O NORTE, 1898, p .2

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO. Autos Cíveis, **Inventário**, 1874, caixa 6.

ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). *Carta de naturalização do cidadão brasileiro do súdito português Antônio Rodrigues de Miranda Léda*. Sessão de Documentos Restaurados. São Luís, 1870.

- **Bibliografia**

ABRANCHES, **Dunshee de**. **A esfinge do Grajaú**. São Luís: ALUMAR, 1993.

DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho**: um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz, MA: Ética, 2001, p. 171.

DINIZ, Bruno. **Conversão hipotética do Réis para o atual real**. Disponível em: <<http://diniznumismatica.blogspot.com.br/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html> />. Acesso em: 03 de jul. 2017.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Inventários e testamento como fontes de pesquisa**. Disponível em: <<https://www.myheritage.com.br/.../inventarios-e-testamentos-como-fontes-de-pesquisa>>. Acesso em: 30 de jun.2017.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, FRANCISCO. **Elegia para uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.33.

REIS, Francemberg Teixeira. **A terra em jogo**: perfil fundiário e estratégias para a manutenção da propriedade rural em Feira de Santana na passagem para o século XX. 2014. 183 fl. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2014.

SANTOS, Sandra Regina dos. **O sertão maranhense no contexto da Balaiada**: conflitos e contradições. In: Simpósio do Maranhão Oitocentista, 2, 2011, São Luís. *Anais...* São Luís: UEMA, 2011. p. 1-14.

SEYFERT, G. **Herança e estrutura familiar camponesa**. Boletim do Museu Nacional, nº 52, 30 de maio de 1985, p.16.

VIEIRA, Layla Adriana Teixeira. **A formação sócio-histórica do latifúndio no sertão maranhense**: estrutura e dinâmica do agronegócio no município de Grajaú – MA. 231 fls. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.